

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Maio/2016

**PREFEITURA DE
CAMPINAS****Concurso Público para provimento de cargos de
Professor Adjunto I I – História**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '97005', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Um esforço comum é necessário à construção de ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitido qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 3 referem-se ao texto abaixo.

Há muitas pessoas que precisam aprender, mas a humanidade não dispõe de doutos em número suficiente para lhes ensinar. Então, como resolver o problema? [...]

O professor não precisa ser douto, mas saber tudo o que deve fazer, e este "tudo" lhe é dado nas mãos pelos doutos, que preparariam o que ensinar e como ensinar. Esta passagem de um sujeito que produzia conhecimentos para um sujeito que sabe o saber produzido por outros e que o transmite, instaura na constituição mesma da identidade profissional do professor, o signo da desatualização, porque como o professor não está produzindo os saberes que ensina, ele está sempre atrás destes saberes que estão sendo produzidos por outros. É necessária uma contínua atualização para estar sabendo o que se produz de novo que, para se tornar objeto de ensino, passará pelo processo de sua transformação em conteúdo de ensino.

Esta identidade social do professor, o sujeito que sabe o saber produzido por outros, e que o transmite, permanece ao longo da história, mais ou menos do século XVII até meados do século XX.

(GERALDI, João Wanderley. Professor: construção e reconstrução da identidade profissional. Disponível em: <http://portos.in2web.com.br>)

1. De acordo com o texto, historicamente, a identidade profissional do professor
 - (A) definiu-se como a habilidade para produzir novos saberes para usá-los no ensino.
 - (B) nasceu atrelada à necessidade de ser douto.
 - (C) vinculou-se ao como ensinar, com a necessidade de produzir e transmitir novos saberes.
 - (D) foi se restringindo à transmissão aos alunos de conhecimentos sempre atualizados.
 - (E) alterou-se de produtor para transmissor de conhecimentos produzidos por outros.

2. Substituindo-se a forma verbal destacada no trecho – "**Há** muitas pessoas que precisam aprender, mas a humanidade não dispõe de doutos em número suficiente para lhes ensinar". – , pelo verbo *existir*, mantêm-se corretas a voz verbal, a correlação temporal e a concordância verbal em:
 - (A) Existe.
 - (B) Existem.
 - (C) Existiram.
 - (D) Existirão.
 - (E) Existia.

3. "O professor não precisa ser douto, **mas** saber tudo o que deve fazer, e este "tudo" lhe é dado nas mãos pelos doutos, que preparariam o que ensinar e como ensinar".

No trecho acima, retirado do texto, a substituição da conjunção **mas** que mantém o sentido da relação entre as orações, é:

 - (A) porém.
 - (B) portanto.
 - (C) pois.
 - (D) porque.
 - (E) por isso.



4. *É quase um consenso entre os analistas que os instrumentos criados no Acordo de Paris não bastarão para manter a emissão de gases-estufa nos níveis que os cientistas consideram necessários para evitar os efeitos mais perigosos da mudança climática. É inegável, contudo, que estamos melhor do que na semana passada, já que agora ao menos existe um mecanismo jurídico internacional ao qual poderemos recorrer quando a situação o exigir.*

(SCHWARTSMAN, Helio. Sempre teremos Paris? Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas>)

A alteração na última frase do texto que mantém o sentido e correta pontuação é:

- (A) Contudo é inegável que, já que agora ao menos existe um mecanismo jurídico internacional, ao qual poderemos recorrer, quando a situação o exigir estamos melhor, do que na semana passada.
- (B) Contudo é inegável que: estamos melhor do que na semana passada, já que agora ao menos existe um mecanismo jurídico internacional, ao qual poderemos recorrer, quando a situação o exigir.
- (C) Já que, agora, ao menos, existe um mecanismo jurídico internacional, ao qual poderemos recorrer quando a situação o exigir, é inegável contudo que, estamos melhor do que na semana passada.
- (D) Já que agora ao menos existe um mecanismo jurídico internacional, ao qual poderemos recorrer quando a situação o exigir, é inegável que estamos melhor do que na semana passada contudo.
- (E) Contudo é inegável que estamos melhor do que na semana passada, já que agora ao menos existe um mecanismo jurídico internacional ao qual poderemos recorrer quando a situação o exigir.

Atenção: As questões de números 5 e 6 referem-se ao texto abaixo.

Vamos supor que toda palavra tenha uma vocação primeira. A palavra mudança, por exemplo, nasceu filha da transformação e da troca, e desde pequena servia para descrever o processo de mutação de uma coisa em outra coisa que não deixou de ser, na essência, a mesma coisa – quando a coisa é trocada por outra coisa, não é mudança, é substituição. A palavra justiça, por exemplo, brotou do casamento dos direitos com a igualdade: servia para tornar igual aquilo que tinha o direito de ser igual, mas não estava sendo tratado como tal.

No entanto as palavras cresceram. E, assim como as pessoas, foram sendo contaminadas pelo mundo à sua volta. As palavras, coitadas, não sabem escolher amizade, não sabem dizer não. A liberdade, por exemplo, é dessas palavras que só dizem sim. Não nasceu de ninguém. Nasceu contra tudo: a prisão, a dependência, o poder, o dinheiro – mas não se espante se você vir a liberdade vendendo absorvente, desodorante, cartão de crédito, empréstimo de banco.

(Adaptado de: DUVIVIER, Gregório. O sequestro das palavras. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas>)

5. De acordo com a leitura do texto, infere-se que as palavras
- (A) mudam com o tempo, independentemente da vontade dos usuários que queiram impedir qualquer alteração.
- (B) vão adquirindo novos significados, quando usadas com diferentes propósitos em diversas situações sociais.
- (C) mantêm o sentido original, apesar de poder agregar outros, em função da deliberação do falante.
- (D) foram, na origem, criadas com múltiplos sentidos, por isso as pessoas as empregam equivocadamente.
- (E) são contaminadas pelas pessoas, que as utilizam de modo inadequado para representar o mundo.

6. De acordo com o texto, a frase que contém sentido figurado é:

- (A) *Vamos supor que toda palavra tenha uma vocação primeira.*
- (B) *... servia para descrever o processo de mutação de uma coisa em outra coisa.*
- (C) *... quando a coisa é trocada por outra coisa, não é mudança, é substituição.*
- (D) *A palavra justiça, por exemplo, brotou do casamento dos direitos com a igualdade.*
- (E) *... servia para tornar igual aquilo que tinha o direito de ser igual.*

7. Ao fazer pesquisas na internet, nossa atividade cerebral é muito diferente da de quando estamos lendo um livro. Ao ler, nossa mente está mais relaxada e ativamos áreas cerebrais relativas linguagem, memória e processamento visual.

A alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima é:

- (A) as – à – à – ao
- (B) as – à – à – o
- (C) às – a – a – ao
- (D) às – à – à – ao
- (E) as – a – a – ao



Atenção: As questões de números 8 e 9 referem-se ao texto abaixo.

Usar a avaliação para premiar ou punir, apesar de ser tema litigioso, costuma dar bons resultados. [...]

Essencialmente, há três formas principais de conhecer o desempenho dos professores. A primeira é a verificação de quanto seus alunos aprenderam. Se aprendem mais e, por isso, tiram boas notas, deduzimos que seus professores são melhores. [...]

A segunda é a percepção dos próprios alunos. O que eles acham da aula, da didática e do professor? Nesse particular, existem bons questionários para captar seu julgamento.

A terceira é a observação da aula, por mestres preparados para tal, munidos de protocolos apropriados. Um complemento interessante desse método é filmar a aula, permitindo ao professor ver o próprio desempenho. [...]

Mesmo que cada indicador possa falhar em certos casos, o conjunto dos três gera resultados robustos. Em suma, começam a se consolidar técnicas relativamente simples de diagnosticar o que o professor faz certo e o que ele faz errado na sala de aula. Não é uma excelente notícia?

(CASTRO, Cláudio de Moura. Impeachment para professores? **VEJA**, 06/04/2016, p. 28. Com cortes)

8. Pode-se inferir da leitura do texto, a proposta do autor expressa em:

- (A) A aula necessita ser previamente avaliada por especialistas para que possa dar bons resultados.
- (B) Os alunos devem avaliar sistematicamente as aulas dos professores, usando questionários para isso.
- (C) Avaliar os professores é importante porque permite distinguir acertos e equívocos no ato de ensinar.
- (D) Em geral, os alunos que tiram notas ruins em avaliações têm os piores professores da rede pública.
- (E) O professor só deve ser avaliado por meio de técnicas específicas, porque os resultados podem falhar.

9. Na frase do texto – “*Usar a avaliação para premiar ou punir, apesar de ser tema **litigioso**, costuma dar bons resultados*”. –, o termo **litigioso** quer dizer

- (A) criterioso.
- (B) ilegal.
- (C) impróprio.
- (D) repetitivo.
- (E) polêmico.

10. A alternativa que atende às normas de escrita da língua portuguesa em relação à ortografia, à acentuação das palavras e à colocação de pronomes é:

- (A) Me parece que a primeira grande divisão social do trabalho educativo dará-se no período do Mercantilismo, já como consequência, inclusive, da expansão européia, quer pela ação dos comerciantes venezianos quer pelas conquistas do ocidente pela ação da Península Ibérica.
- (B) Parece-me que a primeira grande divisão social do trabalho educativo se dará no período do Mercantilismo, já como consequência, inclusive, da expansão européia, quer pela ação dos comerciantes venezianos, quer pelas conquistas do Ocidente pela ação da Península Ibérica.
- (C) Me parece que a primeira grande divisão social do trabalho educativo dar-se-á no período do Mercantilismo, já como consequência, inclusive, da expansão europeia, quer pela ação dos comerciantes venezianos, quer pelas conquistas do ocidente pela ação da Península Iberica.
- (D) Parece-me que a primeira grande divisão social do trabalho educativo dar-se-á no período do Mercantilismo, já como consequência, inclusive, da expansão europeia, quer pela ação dos comerciantes venezianos, quer pelas conquistas do Ocidente pela ação da Península Ibérica.
- (E) Parece-me que a primeira grande divisão social do trabalho educativo dará-se no período do Mercantilismo, já como consequência, inclusive, da expansão europeia, quer pela ação dos comerciantes venezianos, quer pelas conquistas do ocidente pela ação da Península Ibérica.

**Conhecimentos Pedagógicos**

11. *A escola é um direito; todos devem ter acesso a um local onde aprofundem sua capacidade de criadores e elaboradores de conhecimentos [...]. A escola pode ser um espaço em que as desigualdades sociais sejam suspensas, propiciando uma convivência democrática entre iguais.*

Para que isso aconteça é preciso que a

- (A) comunidade escolar (profissionais da escola, alunos e famílias) construa uma proposta educacional e a mantenha em permanente discussão, visando consolidar as condições para que isso ocorra.
- (B) prática educativa transfira a democratização do ensino do espaço público de participação social para o plano individual, para que todos possam ter respeitada sua liberdade de pensamento.
- (C) escola perceba seus limites, procurando consubstanciar sua função primeira de socialização do acúmulo histórico cultural da sociedade.
- (D) proposta curricular da escola proponha conhecimentos dirigidos às diferentes aptidões a preencher numa sociedade globalizada.
- (E) prática da liberdade construída na escola seja identificada com a esperada e realizada na sociedade nos seus diferentes espaços culturais.

12. *O conhecimento científico não deve se tornar verdadeiro em si mesmo, é preciso voltar constantemente à realidade e à experimentação para demonstrar sua validade. No entanto, muitas vezes, os conhecimentos são apresentados, de forma autoritária, como verdades acabadas, desligadas da realidade. Em geral, isso ocorre pelo uso que é feito dos livros didáticos e, mais recentemente, pelo uso de sistemas apostilados, que passam a ser usados como guias exclusivos e determinantes da seleção dos conteúdos escolares.*

Quando isso acontece

- (A) o conhecimento científico é reconhecido como o pensamento verdadeiro que possibilita o desenvolvimento integral de todos os alunos, nas suas diferentes fases.
- (B) a escola desenvolve efetivamente sua função equalizadora, uma vez que oferece oportunidades iguais de obtenção de um conhecimento uniforme e de qualidade a todos alunos.
- (C) a escola já conseguiu construir um projeto pedagógico e pode definir qual conhecimento o aluno deve ter domínio, qual saber é importante ou essencial para merecer estar relacionado na organização curricular.
- (D) o conteúdo escolar torna-se elemento central na formação da autonomia de pensamento de todos os alunos, promovendo assim um ensino de qualidade.
- (E) a escola perde uma parte fundamental de sua função, que é ser um local de criação e elaboração de conhecimentos, para tornar-se mera reprodutora de um conhecimento, muitas vezes distorcido, simplificado ou dogmático.

13. O Conselho Escolar, de acordo com a Lei nº 6.662/1991, tem como objetivo, dentre outros,

- (A) consolidar seu trabalho pela atuação específica dos profissionais da educação, e não daqueles que ignoram o conhecimento pedagógico necessário para a elaboração de um projeto educativo.
- (B) constituir-se numa forma de organização institucional dada por dois segmentos escolares: direção e equipe técnica, para funcionar de fato.
- (C) garantir a democracia plena na gestão financeira da unidade, naquilo em que ela tem autonomia em relação à receita e as despesas.
- (D) atuar colegiadamente, com a participação de toda a comunidade escolar, mas onde a direção da escola tem a responsabilidade de apresentar as alternativas para a resolução dos problemas da escola.
- (E) ser um órgão consultivo que atua com a participação democrática de pais, alunos e professores, mas mantém a decisão final sob responsabilidade da direção.

14. A União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, o que consta nas Constituições Federal, Estaduais ou Leis Orgânicas, mas nunca menos, respectivamente, de:

- (A) 18% e 25%.
- (B) 20% e 30%.
- (C) 12% e 30%.
- (D) 15% e 20%.
- (E) não há percentual definido.



15. *A educação brasileira, ao longo de sua história, enfrenta os seguintes dilemas: educação elitista versus educação de massa; escola pública versus escola privada; centralização versus descentralização, educação politicamente neutra versus politicamente orientada.*

Nessa lógica, é possível afirmar outro dilema:

- (A) centralização de recursos públicos da educação para melhor gestão da rede pública de ensino.
- (B) educação de qualidade às camadas mais privilegiadas da sociedade que têm condições de frequentar a escola em período integral.
- (C) privatização da escola pública como possibilidade de melhor educação para as massas.
- (D) a ampliação de vagas para as camadas populares com a identificação de perda da qualidade de ensino.
- (E) privatização da gestão escolar como garantia da eficiência da escola pública.

16. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é direito dos pais ou responsáveis

- (A) registrar formalmente no Conselho Tutelar as punições dos professores aos alunos.
- (B) ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- (C) participar da elaboração do regimento escolar para definir as regras disciplinares dos alunos.
- (D) participar do Conselho Municipal de Educação representando a escola de seus filhos.
- (E) integrar a comissão de avaliação para participar da decisão sobre aprovação ou retenção de alunos.

17. *Segundo Piaget, a evolução da inteligência e, por conseguinte, dos conhecimentos tem, como essencial fonte, as regulações advindas de situações perturbadoras.*

Nessa tese está presente

- (A) a aquisição de habilidades e competências como fundantes do desenvolvimento.
- (B) o conhecimento como base para a aquisição da aprendizagem.
- (C) a necessidade da inteligência no processo de desenvolvimento sensorial.
- (D) o conflito como o fundamento central da aprendizagem.
- (E) a importância do erro na aprendizagem e no desenvolvimento.

18. *Embora já se saiba que as principais causas da evasão e da reprovação não se encontram necessariamente e exclusivamente na criança, a prática diagnóstica continua se caracterizando por focalizar seu olhar na criança, culpabilizando-a pelo seu fracasso.*

Esta afirmação refere-se à produção do fracasso escolar dada pelos mecanismos

- (A) de ausência de condições básicas do aluno para a aprendizagem.
- (B) da deficiência cultural das famílias mais pobres.
- (C) institucionais de avaliação e nas relações cotidianas que perpassam o dia a dia das escolas públicas.
- (D) da aprendizagem que só ocorrem na presença de determinadas características genéticas.
- (E) desiguais de compensação das condições de interesse e motivação em sala de aula.

19. *As notas são comumente usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, onde a maior ênfase é dada à comparação de desempenhos e não aos objetivos instrucionais que se deseja atingir. O aluno é classificado como inferior, médio ou superior quanto ao seu desempenho e muitas vezes fica preso a esse estigma, não conseguindo desvelar seu potencial.*

A ênfase dada à atribuição de notas tem

- (A) permitido que o aluno reconheça a importância dos estudos.
- (B) assegurado o respeito do aluno no processo de avaliação.
- (C) promovido a aprendizagem através de provas objetivas de múltipla escolha.
- (D) desconsiderado seu aspecto educacional de orientação ao aluno.
- (E) possibilitado ao aluno, conhecimento da real construção do conhecimento.

20. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia, dentre outras, de

- (A) vaga em escola pública de educação básica mais próxima a sua residência, em qualquer idade.
- (B) educação infantil de zero aos 6 (seis) anos de idade, ensino fundamental e ensino técnico profissional.
- (C) educação infantil a partir dos 3 (três) anos de idade e ensino fundamental obrigatório e gratuito.
- (D) atendimento, somente ao educando do ensino fundamental, de programas suplementares de transporte, alimentação e assistência à saúde.
- (E) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

**Atualidades**

21. Desde o final de 2015, o poder político de alguns presidentes latino-americanos vem sendo contestado nas urnas. O candidato de Cristina Kirchner, Daniel Scioli, perdeu as eleições para o opositorista Mauricio Macri. A proposta de reforma constitucional de Evo Morales, que lhe permitiria concorrer a um quarto mandato, foi rejeitada em plebiscito. Candidatos apoiados por Nicolás Maduro foram derrotados em eleições parlamentares. Os países aos quais pertencem os chefes de estado nomeados são, pela ordem,
- (A) Bolívia, Chile e Venezuela.
 - (B) Equador, Argentina e Peru.
 - (C) Argentina, Bolívia e Venezuela.
 - (D) Venezuela, Peru e Equador.
 - (E) Peru, Bolívia e Chile.
-
22. Prestes a deixar a Casa Branca, Barack Obama realizou, em março de 2016, visita oficial de três dias a Cuba, fato que não ocorria desde 1928. Embora subsistam muitas diferenças entre os dois países, a visita representou avanços em suas relações. Sobre o tema, analise as afirmações:
- I. A base norte-americana de Guantánamo, na ilha de Cuba, ainda não foi desativada, persistindo como obstáculo ao reatamento pleno das relações.
 - II. A visita de Barack Obama foi precedida da restauração de relações diplomáticas entre os dois países, facilitando o diálogo.
 - III. O presidente norte-americano manifestou claramente seu intento de acabar com o bloqueio econômico, imposto a Cuba em 1962 por Robert Kennedy.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.
-
23. Em julho de 2015, os líderes das economias emergentes, integrantes do grupo BRICS, reuniram-se na cidade russa de Ufa, em momento de grandes dificuldades e desafios, confirmados por crises econômicas e políticas que persistem em 2016. Dentre os problemas que afetam os países membros, é correto afirmar
- (A) a forte queda do PIB indiano, comprometendo as trocas comerciais com o Brasil e a África do Sul.
 - (B) a recessão econômica da Rússia e do Brasil, além da desaceleração do crescimento da economia chinesa.
 - (C) as dificuldades da Rússia para anexar a Crimeia, prolongando ações de combate onerosas.
 - (D) o embargo econômico imposto ao Brasil e à Índia pelos Estados Unidos.
 - (E) a ameaça de saída do grupo feita pela África do Sul.
-
24. No primeiro trimestre de 2016, o saldo da balança comercial brasileira foi positivo em 8,4 bilhões de dólares. O resultado, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é o terceiro melhor da história, atrás apenas do alcançado em 2006 e 2007. Tal resultado ocorreu porque
- (A) o preço do barril de petróleo exportado teve grande alta.
 - (B) o dólar, moeda usada nas transações comerciais internacionais, se desvalorizou.
 - (C) a queda das importações teve ritmo mais acelerado que o das exportações.
 - (D) houve aumento significativo da demanda exterior pelo trigo nacional.
 - (E) o Brasil deixou de importar fertilizantes do Canadá e do Oriente Médio.
-
25. Após um ano de trabalho de investigação, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos produziu a série de reportagens conhecida como *Panama Papers*, cuja divulgação, iniciada em 3 de abril, provocou grande impacto ao expor delitos fiscais praticados por chefes de estado e celebridades de vários países. Tornadas públicas, as informações tiveram consequências imediatas, como
- (A) o rompimento de relações diplomáticas entre a Holanda e o Panamá.
 - (B) a destituição do cargo do presidente russo, Vladimir Putin.
 - (C) o fechamento do jornal *Süddeutsche Zeitung*, pela divulgação da série.
 - (D) a renúncia do primeiro ministro da Islândia, Sigmundur Gunnlaugsson.
 - (E) a suspensão de Lionel Messi, do Barcelona, nos jogos do campeonato espanhol.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

26. Considere o texto:

É na sala de aula que se realiza um espetáculo cheio de vida e sobressaltos. Cada aula é única. Nesse espetáculo, a relação pedagógica é, por essência, plural; uma relação em que “o professor fornece a matéria para raciocinar, ensina raciocinar, mas, acima de tudo, ensina que é possível raciocinar”. Snyders, 1995.

[...] Assim, a aula de história é o espaço em que um embate é travado diante do próprio saber: de um lado, a necessidade de o professor ser o produtor do saber, de ser partícipe da produção do conhecimento histórico, de contribuir, pessoalmente, para isso; de outro, a opção de se tornar tão somente eco do que já foi dito por outros.

A sala de aula não é apenas o espaço onde se transmite informações, mas o espaço onde se estabelece uma relação em que interlocutores constroem significações e sentidos...

(SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004 (Pensamento e ação no magistério, p. 30-31)

Segundo o texto acima, a aula de História

- (A) é o espaço onde se realiza a transposição didática dos conteúdos e do procedimento histórico e também da relação entre as inovações tecnológicas que afetam os objetos do conhecimento e permitem ao aluno pensar o saber dito científico.
- (B) é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode possibilitar a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico por um esforço e uma atividade com a qual ele retome a ação que edificou esse conhecimento.
- (C) permite ao professor ler o presente em profundidade, descrever e explicar as fontes históricas, e introduzir os acontecimentos na longa duração para que o aluno possa observar o material da história e as transformações que foram sucedendo no tempo.
- (D) é o momento da educação histórica da qual a sala de aula é um espaço privilegiado que possibilita a desnaturalização de uma visão crítica do passado que está presente no aluno e a compreensão do processo de elaboração do conhecimento.
- (E) permite ao professor ensinar o conhecimento histórico de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo, de contar e de narrar a história, e de organizar os conhecimentos para estabelecer uma trajetória do passado ao futuro.

27. Considere o texto:

...A Igreja era a maior detentora de terras naquela sociedade essencialmente agrária. Portanto, destacava-se no jogo de concessão e recepção de feudos. Ela controlava as manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos: sua consciência através da confissão, sua vida sexual através do casamento, seu tempo através do calendário litúrgico, seu conhecimento através do controle sobre as artes, as festas, o pensamento, seu domínio sobre a própria vida e a própria morte através dos sacramentos (...)

(FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média e o nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 71)

Segundo o texto acima, a Igreja, na Idade Média,

- (A) condenava a exploração das terras como forma de acumulação de riqueza, e os desníveis sociais na relação entre senhor e servos.
- (B) impedia a constituição de uma hierarquia social e política baseada na relação vassálica, e o controle das terras pelos camponeses.
- (C) legitimava as relações horizontais sacralizando o contrato feudo-vassálico, e as relações verticais justificando a dependência servil.
- (D) justificava a existência de uma sociedade dividida em três ordens, e o domínio da vida e das relações culturais e artísticas pela nobreza.
- (E) estimulava o fortalecimento das relações de servidão ao conceder feudos, e a subordinação da sociedade às autoridades religiosas.



28. Considere as figuras abaixo.

Figura 1



Escultura de Policleto conhecida como Doriforo (ou homem que carrega a lança, século V a.C.). Os artistas gregos do período clássico procuravam transmitir em suas esculturas valores como ordem, equilíbrio, harmonia, simplicidade.

Figura 2



Além da beleza única de suas proporções, David, esculpido em mármore por Michelangelo, é portador de um importante significado para a compreensão do Renascimento. Michelangelo o idealizou tendo em mente o personagem bíblico que venceu o gigante Golias em um combate entre a inteligência e a força bruta. Desta maneira, o artista expressa o humanismo renascentista como uma vitória da razão sobre as forças cegas da natureza.

(In: AZEVEDO, Gislene e SERIACOPI, Reinaldo. **História**. São Paulo: Ática, 2005, p. 56 e 135)

Uma comparação entre as figuras acima permite afirmar que

- (A) os princípios do racionalismo e do humanismo, presentes nas obras de artes renascentistas, tiveram sua origem na teologia medieval, que defendia a independência da razão perante o mundo espiritual.
- (B) as principais características do Renascimento foram: romantismo, espírito crítico em relação à política, adoção de temas de inspiração exclusivamente naturalista, evidenciando a preocupação com o homem.
- (C) o contraste entre a arquitetura medieval, que pregava a humildade cristã, e a renascentista, que proclamava a dignidade do homem, aparece no conjunto das artes plásticas, mas não nas demais atividades religiosas decorrentes do humanismo.
- (D) o fenômeno marcante da cultura renascentista, baseada no modelo da civilização grega, foi seu caráter universalista, sendo o deísmo um dos ideais almejados, pois dava acesso à sabedoria e à santidade.
- (E) os humanistas do Renascimento reataram o elo perdido durante a Idade Média com o antigo mundo grego. Daí fizeram renascer os ideais da arte que colocavam na figura humana a mais bela criação de Deus.

29. Considere o texto:

[...] Em primeiro lugar, os comerciantes precisavam controlar e comercializar toda a produção dos artesãos, com o intuito de reduzir ao mínimo as práticas de desvios dessa produção. Além disso, era do interesse desses comerciantes a maximização da produção através do aumento do número de horas de trabalho e o aumento da velocidade e do ritmo de trabalho. Um terceiro ponto importante era o controle da inovação tecnológica para que ela só pudesse ser aplicada no sentido de acumulação capitalista; e, por último, a fábrica criava uma organização da produção que tornava imprescindível a figura do empresário capitalista.

(DECCA, Edgar. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 24. (Coleção Tudo é história))

O autor analisa um momento crucial no estabelecimento do sistema de fábrica, no desenrolar da Revolução Industrial inglesa: a transformação do artesão em operário.

Sobre o assunto, é correto afirmar que

- (A) essa mudança foi operada pelos capitalistas, resultando na reorganização da produção que retirou do artesão sua autonomia e seu conhecimento, ao mesmo tempo em que criou para os capitalistas um papel indispensável no sistema.
- (B) essa alteração no processo de trabalho foi impulsionada pelo aumento da interferência do Estado na regulamentação da jornada de trabalho, salário e incentivo para a criação de uma estrutura sindical de trabalhadores.
- (C) esse fato estimulou o ideal socialista da propriedade privada, tornando a vida do homem moderno uma constante busca de riqueza e de igualdade social e política por meio da apropriação social das inovações tecnológicas.
- (D) esse fenômeno possibilitou a melhoria nas condições de vida do operariado nas fábricas, redução das jornadas de trabalho e a organização do mercado de trabalho que assegurou o emprego a todo trabalhador qualificado.
- (E) essa transformação foi responsável pela ascensão social dos artesãos, que reuniram seus capitais e suas ferramentas em oficinas ou domicílios rurais dispersos, aumentando, assim, os núcleos domésticos de produção.



30. Considere o quadro abaixo:

	1	2	3
Estado	Manutenção do Estado	Manutenção do Estado, porém sob o controle dos operários e só durante certo tempo	Abolição do Estado
Propriedade	Superação do capitalismo através de reforma	Extinção da propriedade privada dos meios de produção e criação de formas coletivas de propriedade	Abolição da propriedade privada
Capitalismo		Crítica científica do sistema capitalista para sua extinção	Extinção da sociedade capitalista
Organização e/ou ação dos trabalhadores	Trabalhadores organizados em cooperativas autogeridas	Revolução proletária	Pequenas comunidades autônomas

As colunas 1, 2 e 3 do quadro referem-se às principais características das correntes ideológicas que surgiram na Europa, no século XIX, e identificam, respectivamente, as teorias do

- (A) Anarquismo, do Comunismo e do Socialismo utópico.
- (B) Comunismo utópico, do Anarquismo e do Marxismo.
- (C) Marxismo, do Socialismo utópico e do Anarquismo.
- (D) Socialismo utópico, do Marxismo e do Anarquismo.
- (E) Comunismo, do Anarquismo e do Marxismo utópico.

31. A partir de 1830, há um segundo momento na luta operária: o movimento "cartista". Os operários ingleses haviam criado a Associação dos Operários, considerada ilegal pelo governo. Dessa associação partiu, em 1837, a publicação da Carta do Povo. Nesta Carta,

- (A) propugnava-se o sufrágio universal masculino, o voto secreto, a remuneração dos parlamentares, uma representação mais igualitária nas eleições, entre outros itens. O que se pretendia, em última análise, era permitir uma representação política do proletariado.
- (B) vislumbra-se uma aproximação do movimento operário ao movimento socialista, entendendo o socialismo como uma contestação ao individualismo liberal e uma resposta aos problemas sociais criados pela industrialização e pela nova crise do sistema capitalista.
- (C) propunha-se a instalação de uma ampla democracia: funcionários eleitos pelo sufrágio universal, revogabilidade dos cargos e mandatos a qualquer momento, determinação de que o salário dos representantes não poderia ser maior do que o de um operário qualificado.
- (D) defendia-se a ação direta da classe operária para a derrubada do capitalismo, principalmente através de uma greve geral, o trabalho de educação política da classe operária pelos sindicatos de trabalhadores, para que ela, de forma espontânea, iniciasse a revolução.
- (E) refletiu-se a tendência da classe operária para destruir o aparelho de Estado burguês, para substituir a democracia burguesa, baseada na miséria e no trabalho forçado do povo, por uma democracia proletária, como forma superior de democracia e de igualdade para todos.

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 32 e 33.

[...] *Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimista, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas (Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais expressas em inglês – mutually assured destruction) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização, não aconteceu, mas cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.*

(HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX. Trad, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224)

32. Com base no conhecimento histórico e no texto, é correto afirmar que

- (A) a ausência de conflitos militares diretos entre as superpotências durante a Guerra Fria resultou da competição econômica entre elas, do pleno funcionamento das relações diplomáticas, da ideia de democracia presente nas ideologias capitalista e socialista que neutralizaram os conflitos militares e propiciaram um período de paz no mundo.
- (B) a Guerra Fria foi acima de tudo uma guerra psicológica, um período de terror sustentado pelas mais modernas teorias de psicologia das massas. As duas potências imperialistas passaram a "manobrar" informações, a construir versões e fatos, a formular opiniões e a fazer delas o pensamento dominante. A massificação do pensamento e do entendimento da realidade política e social foi obra do poder político dominante.
- (C) o cenário internacional, durante a Guerra Fria, foi marcado pela expansão de regimes comunistas na América Latina; pela polarização do mundo em dois blocos compostos pela União Soviética, Inglaterra, Estados Unidos e França de um lado e, de outro, pela Alemanha, Itália e Japão; e pelo equilíbrio de forças entre os países socialistas e capitalistas.
- (D) os princípios ideológicos básicos dos regimes políticos surgidos na Europa Oriental e na América Latina durante a Guerra Fria tinham como fundamentos: o respeito à existência de diferentes correntes de pensamento, expresso na participação de numerosos partidos na condução dos problemas nacionais, e o apoio político ao internacionalismo proletário.
- (E) a Guerra Fria pode ser definida como um momento da história universal em que houve a corrida armamentista entre as potências imperialistas para a dominação do Leste europeu, o choque ideológico entre a Alemanha nazista e a União Soviética stalinista e a disputa pela supremacia da economia mundial pelos países capitalistas e socialistas.



33. No Brasil, no período que o texto identifica,
- (A) o presidente obteve uma votação consagrada, mas enfrentou dificuldades para controlar a crise financeira, o que provocou insatisfações e assustou a classe trabalhadora. Sua política foi marcada, pela ambiguidade e deixava dúvidas sobre o caminho a ser seguido. Dizendo-se pressionado pelas "forças ocultas" acabou suicidando-se.
 - (B) a política econômica do segundo governo Vargas consumiu os saldos de capitais acumulados durante a Segunda Guerra Mundial, pois, ao liberar as importações, provocou um desequilíbrio na balança brasileira, a inflação, que elevou o preço das mercadorias e incentivou o setor industrial, acelerando o processo de modernização do país.
 - (C) o varguismo teve ligações estreitas com os trabalhadores assalariados, bastante enfatizada nos discursos do presidente e na relação do governo com os sindicatos, o que criou, para as elites, um clima de instabilidade. Além disso, o discurso nacionalista do governo muito incomodou os que eram favoráveis à entrada de capital estrangeiro no país.
 - (D) o governo, embora defensor do nacionalismo, instalou no país um modelo econômico descentralizador de renda e um projeto de modernização aberto ao capital internacional, autoritário e desarticulador da sociedade civil e que atendia aos interesses dos grupos nacionais e estrangeiros considerados politicamente conservadores.
 - (E) o varguismo desincentivou a autonomia política da sociedade ao criar relações paternalistas, praticando um assistencialismo para reduzir as desigualdades sociais e, mesmo quando estimulou a modernização da economia, favoreceu a organização da sociedade para fazer valer suas reivindicações e ampliar a atuação da massa de sujeitos políticos.

34. Considere os itens abaixo:

- I. *O objetivo essencial da metrópole era transferir a renda da colônia para a metrópole. Parte da renda dos senhores de engenho era despendida na compra de escravos, indo, portanto, engrossar os lucros do setor mercantil português.*
- II. *A empresa açucareira empregou mão de obra escrava em massa para garantir a produção exigida pelo mercado europeu. Os índios foram escravizados como solução mais imediata desse empreendimento capitalista. No entanto, a exploração do trabalho escravo dos índios continuou, mas em pequena escala e em regiões da colônia onde a empresa açucareira não se instalou efetivamente.*

(In: LIMA, Antonio Pedro L. S. **História da civilização ocidental**. São Paulo: FTD, 2005, p. 196-197)

Pode ser associada corretamente às afirmações dos textos:

- (A) A pouca utilização dos indígenas nas lavouras de cana de açúcar, no Brasil colonial, deveu-se às formas de resistências da população nativa à presença do homem branco e ao contínuo deslocamento dessa população.
- (B) Na implantação da empresa açucareira, do Brasil colonial, os índios foram menos utilizados como mão de obra intensiva porque não propiciavam lucros para os traficantes portugueses, descumprindo a lógica do mercantilismo.
- (C) No início, boa parte dos colonos portugueses vinha para instalar pequenas fazendas e trabalhar com suas famílias, objetivando a sobrevivência, fator que reduziu a necessidade de utilizar mão de obra indígena na lavoura.
- (D) Diante da necessidade de realizar a atividade com muito baixo custo, os traficantes portugueses organizaram a empresa açucareira com base no escambo, utilizando a mão de obra indígena na produção de subsistência.
- (E) No período colonial brasileiro a não utilização do trabalho escravo indígena deveu-se à belicosidade dos grupos indígenas, à abundância de terras e à não aceitação por parte dos jesuítas do trabalho compulsório dos índios.

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 35 e 36.

A Constituição de 1824 procurou garantir a liberdade individual, liberdade econômica e assegurar, plenamente, o direito à propriedade.

Para os homens que fizeram a independência, gente educada à moda européia e representante das categorias dominantes, os direitos a propriedade, liberdade e segurança garantidos pela Constituição eram bem reais. Não importava a essa elite se a maioria da nação era composta de uma massa humana para a qual os direitos constitucionais não tinham a menor validade.

A Constituição afirmava a liberdade e a igualdade de todos perante a lei, mas a maioria da população permanecia escrava. Garantia-se o direito à propriedade, mas 95% da população, quando não eram escravos, compunham-se de 'moradores' de fazenda, em terras alheias [...] garantia-se a segurança individual, mas podia-se matar um homem sem punições. Aboliam-se as torturas, mas nas senzalas os instrumentos de castigo, o tronco, gargalheira e o açoite continuavam sendo usados, e o senhor era o supremo juiz da vida e da morte de seus homens. [...]

(Adaptado de: COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1978, p. 123-4)

35. Segundo o texto, no Brasil, a elite intelectual do império, porta voz das categorias dominantes,
- (A) procurou defender o direito de liberdade aos grupos ligados às exportações e promover o desenvolvimento da produção manufatureira no país.
 - (B) elaborou um conjunto de normas e leis que ampliava os direitos para a maioria da população e permitia a acesso de todas as pessoas à justiça.
 - (C) aprovou um conjunto de normas que garantia direitos políticos à oligarquia rural e reduzia as desigualdade entre o povo da cidade e do campo.
 - (D) estabeleceu direitos e garantias individuais, mas, postergou o processo de democratização política com o objetivo de se perpetuar no poder.
 - (E) criou todo um conjunto de direitos políticos que mascarava as contradições sociais do país e ignorava a distância entre a lei e a realidade.



36. Pode ser associada corretamente à Constituição de 1824 que o texto se refere:
- (A) Na nova realidade os agrupamentos políticos se definiram com mais nitidez: os moderados uniram-se na Sociedade Defensora, os liberais se agruparam na Sociedade Conservadora e os exaltados se uniram nas Sociedades Federais.
 - (B) Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado e o governo consome o tempo em vãs recomendações sobre leis adaptadas às necessidades públicas, pois o vulcão da anarquia ameaça devorar o Império.
 - (C) A elaboração da Constituição provocou a luta das camadas dominantes locais pela preservação da autonomia provincial e a luta das camadas populares para alterar o quadro social e garantir o direito de liberdade para a sociedade.
 - (D) A outorga da Constituição reforçou a reação nordestina e os acontecimentos mais uma vez colocaram Pernambuco como centro de repulsa às arbitrariedades do poder central, resultando, daí, a Confederação do Equador.
 - (E) A reforma da Constituição (Ato Adicional, 1834) trouxe de volta a centralização do poder, contra a qual, os grupos mais radicais da sociedade civil revoltaram-se e promoveram as revoltas liberais e populares em São Paulo e em Minas Gerais em 1842.

37. Envolvidos na questão agrária, proprietários de terras e trabalhadores rurais vêm movimentando a vida política do país há décadas. Durante o governo Sarney, ganhou grande destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Este movimento
- (A) exigia agilidade na entrega de terras para assentamento de trabalhadores rurais, promovendo numerosas manifestações por todo o país.
 - (B) lutava pela implantação de um programa de Reformas de Base que incluísse a reforma agrária, visando a divisão dos latifúndios de todo país.
 - (C) pretendia promover uma desconcentração na estrutura fundiária a fim de garantir a estabilização de áreas agrícolas ocupadas no país.
 - (D) propunha a modernização da agricultura brasileira e a ampliação da participação dos pequenos estabelecimentos agrários de todo país.
 - (E) reivindicava melhoria nas condições de vida para os trabalhadores do campo e melhor valorização salarial para os produtores rurais do país.

38. Considere a frase abaixo.

Marx e Engels afirmam: a história é um processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade social traz dentro de si o princípio de sua própria contradição, o que gera a transformação constante na história. (BORGES, Deize S., 1982, p. 36)

Considerando as ideias de Marx e Engels, expressas no texto, a disciplina História deve

- (A) possibilitar a abordagem de temas da micro-história, como história local, para a formação crítica dos alunos e o rompimento com a noção de História que se prende apenas ao passado, assim como, aos grandes nomes e aos grandes feitos e acontecimentos da história da humanidade.
- (B) abordar temas que sejam ignorados pelos alunos e que estejam no seu cotidiano, o que visa a uma maior participação do educando como sujeito do processo ensino aprendizagem, além de possibilitar reflexões sócio-políticas e econômicas e compreensão da sociedade capitalista.
- (C) trabalhar o presente a partir dos vestígios encontrados do passado tornando-se, assim, um produto social de determinada época, daí a necessidade de que todos os sujeitos sociais sejam valorizados com o objetivo de elucidar versões diferentes da História e reconhecer seu caráter dinâmico.
- (D) formar o educando para atuar politicamente com liberdade e possibilitar a realização das necessidades materiais e subjetivas dos homens. Neste sentido a escola pode auxiliar, tanto com o currículo como com condições efetivas de participação do aluno nos espaços escolares.
- (E) valorizar os fatos do passado e os acontecimentos do presente para que se possa estabelecer diálogo entre o saber escolar tradicional e o saber do aluno e as relações entre o antes e depois, num ordenamento evolutivo, onde cabe somente a noção de tempo linear, evolutivo e uniforme.



39. Nos cursos de História tem sido cada vez mais recorrente o uso de imagens, como fotografias, filmes, gravuras, iconografia, charges etc. Estas costumam ser muito bem recebidas pelos alunos, atraídos por essas linguagens e constantemente expostos aos estímulos visuais das mídias. Quando o professor de História se serve de uma imagem como documento histórico, deve tomar alguns cuidados metodológicos, tal como
- (A) selecionar uma imagem que faça parte do repertório cultural do aluno, a fim de evitar o estranhamento ou a imposição de modelos culturais eurocêntricos, distantes da realidade vivida no cotidiano.
 - (B) partir do princípio de que seu significado é histórico, considerando as condições em que foi produzida, os sujeitos que a criaram, os espaços por onde circulou e o público para o qual foi concebida.
 - (C) considerar que toda imagem tem sentido em si mesma, “fala por si”, sendo papel do professor destacar essencialmente os detalhes, explicar sua estética, revelar os signos e símbolos universais que a compõem.
 - (D) relativizar sua importância como documento, uma vez que as imagens são voláteis, efêmeras, e devem ser analisadas em conjunto com documentos escritos e outras fontes históricas mais confiáveis.
 - (E) valorizar previamente os alunos para que estes sejam capazes de decodificar as imagens individualmente, como sujeitos de seu tempo, valendo-se não mais do que de sua sensibilidade crítica e capacidade de percepção artística.
-
40. Um dos principais organismos públicos brasileiros que atua na preservação da memória nacional é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Desde sua fundação, nos anos 1930, aos dias de hoje, houve mudanças na definição do que é importante preservar nacionalmente. Atualmente, segundo a Constituição e as leis que regem esse organismo, considera-se importante preservar bens culturais
- (A) que tenham significado histórico de abrangência nacional, que se vinculem a marcos significativos da história do Brasil e não se restrinjam a comunidades ou regiões específicas.
 - (B) que representem identidades, dinâmicas sociais e as memórias dos grupos que formaram a sociedade brasileira no período colonial e constituem as principais matrizes de nossa identidade mestiça.
 - (C) de reconhecido valor histórico, arqueológico, artístico ou arquitetônico, excluindo-se paisagens ou formações naturais que ficam a cargo da proteção de organismos ligados ao Meio Ambiente.
 - (D) tanto de natureza material como imaterial, pois formas de expressão oral, modos de criação artística ou práticas cotidianas também podem ser considerados patrimônios culturais do país.
 - (E) de valor avaliado pelo Estado, a partir de um processo de tombamento que se inicia com a determinação, por especialistas, do que será prioridade para a construção da memória de determinada comunidade ou grupo.
-
41. Um dos legados da antiguidade grega presente no mundo ocidental é a noção de democracia. A democracia que vigorou em Atenas, tinha, entre seus princípios,
- (A) evitar a tirania que marcara governos anteriores, ainda que contassem com algum apoio ou respaldo na sociedade, e que, em geral, haviam se mantido no poder por meio do uso da força.
 - (B) basear-se no sistema representativo, uma vez que cidadãos nomeados por patriarcas, representando diferentes segmentos sociais, atuavam em nome da maioria, em instituições governamentais como a *Bulé* e a *Eclésia*.
 - (C) restringir os direitos políticos e o direito à cidadania a determinadas parcelas da sociedade, excluindo estrangeiros, mulheres e escravos, igualmente poupados do serviço militar ou do recrutamento para guerras.
 - (D) inovar em termos de administração pública ao dividir o território em *demos* e ao possibilitar ao cidadão comum participar diretamente da vida política e das decisões de caráter coletivo, sem mediação, por meio de assembleias populares.
 - (E) permitir, como nenhum regime anterior havia feito, a ativa participação de cidadãos sem posses na arena política, caso dos plebeus e dos metecos, que constituíam a maioria desfavorecida da sociedade.
-
42. A respeito das populações nativas que conquistadores espanhóis e portugueses encontraram ao chegarem à América do Sul, é correto afirmar que
- (A) o grupo militarmente mais forte era composto pelos astecas, organizados numa grande Confederação mantida economicamente a custo de tributos, guerras constantes e um amplo comércio que abarcava territórios e grupos populacionais distantes no continente.
 - (B) os nativos do tronco linguístico designado como tupi predominavam numericamente e eram compostos de muitos povos diferentes que viviam principalmente no interior do território, se organizavam em aldeias e, em geral, se mostravam avessos à prática guerreira e à formação de impérios.
 - (C) os incas, cujo “reino” denominado Tawantisuyo expandia-se em direção à Amazônia no momento da conquista, empregavam variadas formas de trabalho e de cobrança de tributos em virtude dos diferentes territórios que ocuparam, e algumas delas foram apropriadas pelos colonizadores.
 - (D) as populações ostentavam graus diferentes de evolução social: alguns povos guerreiros mais civilizados, como os maias, construíam sofisticadas pirâmides e praticavam a escrita, enquanto outros, menos engenhosos porém mais pacíficos, desenvolviam o artesanato, a tecelagem e viviam de forma harmoniosa com a natureza.
 - (E) os povos nativos foram todos genericamente designados pela Igreja e pelas Coroas ibéricas como “índios”, a partir de um equívoco de denominação cometido por Colombo, e foram conquistados mediante a utilização das mesmas estratégias, que desprezavam alianças e negociações, restringindo-se a práticas deliberadas de extermínio e escravidão.



43. Os movimentos de independência que ocorreram na América Latina, durante a primeira metade do século XIX,
- (A) foram marcados, em geral, por violentas guerras entre as elites locais, algumas ditas “liberais”, outras “conservadoras”, que disputaram acirradamente o poder.
 - (B) resultaram em regimes republicanos, democráticos e federalistas, uma vez que era grande a reação ao sistema monárquico e à centralização política.
 - (C) ocorreram logo após tentativas da Espanha e de Portugal em recuperarem o controle político e econômico das colônias, por meio das Reformas Bourbônicas e Pombalinas.
 - (D) contaram com apoio da Inglaterra, que possuía interesses comerciais, e dos Estados Unidos, que já haviam promulgado uma Constituição republicana que abolia a escravidão.
 - (E) coincidiram com o período da União Ibérica em que Espanha e Portugal encontravam-se enfraquecidos, sob a dominação francesa e o jugo das tropas napoleônicas.
-
44. A solidariedade internacional aos processos de independência na África e o combate à desigualdade racial foram algumas das bandeiras do movimento pan-africanista que, após a II Guerra, viveu um marco institucional importante, a saber,
- (A) o Congresso Nacional Africano, evento que marcou, na África do Sul, o fim do regime do *apartheid* nos anos 1960.
 - (B) a Conferência de Bandung, na Indonésia, realizada em 1955 por iniciativa da ONU e que contou com a presença massiva de líderes políticos asiáticos e africanos.
 - (C) o I Congresso dos Países Não Alinhados, em Berlim, que se opôs à Guerra Fria e anulou, no final dos anos 1950, a Partilha da África vigente desde o século XIX.
 - (D) a fundação da Organização da Unidade Africana, na Etiópia, em 1963, que teve a adesão de dezenas de governos de países africanos.
 - (E) na Conferência Tricontinental, realizada em Cuba em 1967 que consagrou a denominação “Terceiro Mundo”, pregando a união dos países subdesenvolvidos dos três continentes.
-
45. Durante a II Guerra Mundial alguns governos de caráter autoritários apoiaram o nazismo, e, dentre esses, pode-se citar o
- (A) cardenismo, governo tirânico exercido por Lázaro Cárdenas no México, e deposto logo após o fim da II Guerra sob pressão dos Estados Unidos.
 - (B) salazarismo, fenômeno de massas que marcou o Estado Novo português, cujo líder, Antonio Salazar apoiou oficialmente as forças nazifascistas durante o conflito mundial.
 - (C) pachecato, governo do uruguaio Jorge Pacheco Areco, responsável por ter declarado, durante a guerra, uma falsa “neutralidade” de seu país, para não afrontar os Aliados.
 - (D) peronismo, regime de caráter fascista e populista, que se estabeleceu na Argentina no mesmo período de ascensão política de Mussolini na Itália.
 - (E) franquismo, ditadura do general Francisco Franco, na Espanha, que colaborou militarmente com o Eixo por meio de uma divisão especial do exército espanhol.
-
46. Após a abolição da escravidão, boa parte da população negra no Brasil continuou marginalizada social, política e economicamente. Apesar de a Constituição de 1891 atestar que todos eram iguais perante a lei, durante a Primeira República,
- (A) eventos como a Revolta da Armada demonstraram a permanência de práticas escravocratas como o uso do castigo físico pela Marinha brasileira, a excessiva exploração do trabalho braçal e a diferença de tratamento entre trabalhadores brancos e negros.
 - (B) as grandes instituições de ensino não aceitavam alunos “de cor”, restando aos negros as escolas públicas de estrutura precária e qualidade de ensino insatisfatória criadas especialmente para essa população.
 - (C) os imigrantes europeus, como assalariados, ocuparam os postos de trabalho antes exercidos pelos escravos, restando à maioria da população negra migrar para o interior e o nordeste do país, concentrando-se no meio rural, em minifúndios precários, sob condições de miséria.
 - (D) os cidadãos negros não puderam ter acesso à legislação trabalhista e à Carteira de Trabalho instituídas por essa constituição para regulamentar o trabalho assalariado em massa, tornando-se, assim, mão de obra barata e relegada à economia informal.
 - (E) o direito ao voto era privilégio exclusivo de uma elite letrada, excluindo, além dos analfabetos (dentre os quais se encontrava a maioria da população negra), mulheres, soldados e religiosos.



47. Na historiografia encontra-se com alguma frequência o termo “república oligárquica” usado para designar, na história do Brasil, o período
- (A) dos primeiros anos do regime republicano, também denominado de República da Espada, em que predominou o uso da força por tropas tenentistas que detinham o poder regionalmente e eram reconhecidas como oligarquias locais.
 - (B) que tem início com a proclamação da República, sendo também identificado como Primeira República e marcado pelo predomínio de oligarquias no poder, a exemplo das elites cafeeiras de São Paulo e de Minas Gerais.
 - (C) entre 1899 e o fim do Estado Novo, fase da história em que o Brasil não teve uma república democrática e sim um longo regime populista marcado pelo autoritarismo e pela predominância dos interesses oligárquicos, bem como práticas políticas condenáveis, como o coronelismo.
 - (D) que começa com a decadência do Império e se encerra com a Revolução de 1930, fase de predomínio da oligarquia composta por descendentes da Coroa, que introduziu a política dos governadores e nomeou Interventores nos estados da federação.
 - (E) entre o golpe militar denominado proclamação da República e o advento da chamada Nova República, em 1988, uma vez que a maioria dos historiadores entende que esse foi um longo período em que a oligarquia em questão se referia ao exército, representado, de início, por marechais e, ao fim, por generais.
-
48. O movimento modernista no Brasil contribuiu para as reflexões sobre a identidade nacional à medida em que
- (A) recusou os cânones artísticos europeus e propôs uma arte essencialmente brasileira, a partir de nossas raízes negras e indígenas e nosso folclore, sem a interferência de estéticas estrangeiras.
 - (B) reformulou a noção de mestiçagem, substituindo a definição tradicional, calcada na fusão das três raças, pela concepção subversiva de transculturação, a partir da percepção de que o Brasil era um caldeirão cultural sem identidade.
 - (C) estimulou os hibridismos culturais, apresentando releituras de escolas europeias e buscando explorar temáticas e formas artísticas a partir de referenciais locais, que pudessem ser identificadas à brasilidade e às nossas idiossincrasias.
 - (D) problematizou o papel elitista da arte, questionando os privilégios do artista, as instituições formais, recusando patrocínios e inovando tanto ao levar a arte para o povo como ao retratar pessoas humildes em suas obras, postura assumida em conjunto pelos modernistas e denominada obreirismo dialético.
 - (E) propôs a noção de antropofagia cultural, que consistia na ideia de que deveríamos nos alimentar culturalmente de todas as vanguardas contemporâneas, para produzir uma paródia das mesmas, de linguagem universal e cosmopolita, que nos inserisse no campo artístico mundial.
-
49. A transição política para um governo civil, ao fim do regime militar brasileiro, foi marcada
- (A) pela distensão lenta, gradual e segura iniciada pelo governo de Ernesto Geisel e que permitiu a volta à legalidade de partidos políticos, o surgimento de novas legendas e a realização de eleições diretas para prefeito e governador ao longo de seu mandato.
 - (B) por seu caráter de transição negociada, uma vez que a abertura política ocorreu após um trato formal entre os setores civis, a Igreja e as forças políticas de oposição com os militares, que concordaram em deixar o poder em 1985 sob a condição de que não houvesse “acerto de contas”, greves gerais ou represálias ao Exército.
 - (C) pela permanência do chamado entulho autoritário, uma vez que continuaram em vigência, após o fim do regime, os Atos Institucionais, as nomeações para cargos feitas durante o regime (como os senadores biônicos), bem como a Constituição de 1967, revogada apenas em 1988.
 - (D) pelo fracasso da campanha pelas Diretas Já, movimento civil que não conseguiu, apesar da forte mobilização popular, em 1984, obter a aprovação da Emenda constitucional que garantiria a realização de eleições diretas para presidente naquele momento, as quais só ocorreriam em 1989, levando Fernando Collor ao poder.
 - (E) pela conquista da Lei de anistia irrestrita em 1979, durante o governo Figueiredo, que anulou as penas imputadas a presos políticos, terroristas e subversivos, perdendo publicamente também todos os torturadores e agentes do Estado que haviam cometido, como se reconhecia, “excessos” em seu ofício.
-
50. A chamada Lei Maria da Penha, decretada em 2006, pode ser considerada uma conquista dos movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres uma vez que
- (A) regulamentou o atendimento obrigatório de mulheres vítimas de violência por policiais do sexo feminino, advogadas, delegadas e juízas para melhor se defenderem da violência doméstica, em geral minimizada em função de certa convivência masculina entre as autoridades.
 - (B) criou mecanismos mais severos de punição às agressões cometidas contra mulheres, tanto no espaço público como no privado, ampliando esse direito a transexuais e transgêneros.
 - (C) possibilitou maior rigor no acompanhamento judicial dos casos de violência doméstica cometidos contra mulheres, bem como incentivou a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMS no país.
 - (D) oficializou organismos voltados à defesa da mulher, como a Secretaria de Política para Mulheres, em âmbito federal, e determinou a criação das Secretarias Municipais da Mulher em todo território nacional.
 - (E) difundiu na mídia diversos casos notórios de violência contra a mulher que haviam ficado sem punição, mesmo quando submetidos à justiça, obrigando a revisão de leis como o crime de adultério.